

Internacionalização de Empresas e Sustentabilidade: Uma Relação Insustentável

BEATRIZ LIMA ZANONI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS E SUSTENTABILIDADE: UMA RELAÇÃO INSUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

O campo que discute internacionalização e sustentabilidade abriga as relações entre organizações, indivíduo, sociedade e natureza, e é representado como um campo de relações desiguais e de dominação. Dominação e desigualdade provenientes da hierarquização promovida pela posse e capacidade de movimentação do capital econômico, que é neste caso o capital do campo que discute internacionalização e sustentabilidade (BOURDIEU, 2012). Isto posto, compreende-se as organizações como promotoras desta desigualdade e como praticantes desta dominação. Essa realidade pode ser compreendida a partir da teoria de Foladori (2001), na qual o autor discorre sobre multinacionais que se instalam em países onde as médias salariais são baixas e as regulamentações ambientais fracas. Neste sentido, são consideradas as organizações, enquanto empresas que almejam o lucro, que tendem ao desinteresse pelo desenvolvimento social e preservação ambiental do país de sua filial, uma vez que o objetivo principal é a redução de custos e a lucratividade.

Nesta relação estabelecida no campo, uma luta de igual para igual entre as filiais instaladas em países subdesenvolvidos - sendo geralmente países do Sul -, e as matrizes instaladas em países desenvolvidos - geralmente países do Norte - é uma realidade utópica. Afirma-se isso uma vez que estes países tendem apresentar níveis de crescimento diferentes e, os primeiros transferem para as relações organizacionais, características neocolonialistas (BANERJEE, 2003). Sendo assim, seria possível afirmar que as grandes organizações desejam, de fato, incentivar o desenvolvimento de suas filiais e conseqüentemente dos países em que estas estão instaladas no processo de internacionalização, como costumam discursar? Deve-se acreditar então na convivência harmônica entre a estrutura capitalista e a sustentabilidade?

O'Connor (2002) em sua teoria questionou a possibilidade da existência de um capitalismo sustentável. Apesar de levar em consideração principalmente os aspectos ambientais da sustentabilidade, o autor contribui com o objetivo deste ensaio teórico. Segundo O'Connor (2002), a relação harmônica não é possível, pois capitalismo é por si só insustentável. Marx, como uma das fontes do pensamento de O'Connor, afirma que quanto mais o capitalismo se desenvolveu e se institucionalizou, mais o seu lado obscuro e de exploração se revelou (MARX, 2013; O'CONNOR, 2002). Considerando a internacionalização como um processo que representa importante etapa da globalização e do fortalecimento do capitalismo, este ensaio buscará apresentar a postura das organizações internacionalizadas em relação à sustentabilidade, a partir das características dos processos de internacionalização, verificando como se dá a relação entre matriz e filial, e seus respectivos países

Serão abordadas, portanto, os três principais modelos de internacionalização classificados como teorias econômicas, são eles: o Paradigma Eclético, a Teoria da Internalização, e a Teoria de Poder de Mercado. O primeiro modelo de internacionalização, Paradigma Eclético, é considerado, dentre os três, o modelo comum dentre as organizações que desejam atuar em outros países (ZANONI; BORIM-DE-SOUZA, 2018). Por essa razão, o modelo do Paradigma Eclético será o alvo de análise enquanto sua postura insustentável para com a natureza, os homens e a economia do país das filiais das organizações.

Com o intuito de apresentar estas relações o artigo se organizará na seguinte forma: na primeira seção será introduzido o contexto histórico sobre internacionalização e as definições que explicam os três modelos econômicos deste processo; a segunda seção abordará essencialmente o modelo do Paradigma Eclético e suas principais características, estas que

serão exploradas a partir de suas propriedades insustentáveis; a terceira e última seção será composta pelas discussões e conclusões finais.

2 MODELOS ECONÔMICOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

As discussões sobre a insustentabilidade nos processos de internacionalização presentes neste artigo abordam as organizações enquanto empresas. Neste caso, especificamente, consideraram-se aquelas que atuam em países diferentes dos de origem, e que, portanto, são consideradas multinacionais. Atualmente este tipo de atuação tende a acontecer em organizações que partem do Norte em direção ao Sul do planeta, isto é, multinacionais que estabelecem suas matrizes em países desenvolvidos, contudo, instalam suas filiais nos países em desenvolvimento. Esse padrão de deslocamento tende a estabelecer um discurso fortalecedor da ideia de modernização ecológica, no qual a solução dos problemas relacionados à sustentabilidade seria o incentivo ao crescimento econômico nos países mais pobres (BANERJEE, 2003; MOL, 1997).

Sobrepondo aspectos sociais e naturais, o processo de internacionalização de empresas ganhou amplitude e visibilidade com o advento tecnológico e a globalização. A essência e os objetivos deste processo, no entanto, existem há mais tempo. Antes de se estabelecer a relação entre empresas, existiam as relações comerciais entre países. Um primeiro grande exemplo de saída em busca de recursos e maiores chances de lucratividade foi o comércio promovido pelo Oriente, ainda no século III, chamado "Rota da seda". Rota esta que deu início a ideia do comércio entre continentes e tinha como intenção comercializar produtos entre a Europa e a África do Sul (ELISSEFF 2001). A mesma ideia perdurou e se intensificou no século XV com o mercantilismo. A produção de bens acontecia na Europa, contudo a exploração de recursos e a comercialização de grande parte daquilo que era produzido acontecia na América e na África (THOMPSON, 2012).

No século XVIII, porém, viu-se o crescimento do ideal desenvolvimentista. Isto é, a ideia de desatar com tudo aquilo que envolve, rompendo principalmente com a regulação estabelecida pela lógica teológico-militar que permeava a sociedade naquele período. O desenvolvimento científico e tecnológico ganhou espaço, iniciando o então chamado período positivista na ciência. A partir destes ideais, empresas expandiram suas atividades, máquinas foram desenvolvidas, e em especial na Inglaterra ocorreu a chamada Revolução Industrial. Revolução esta que foi a representação do fortalecimento dos ideais capitalistas. Deste período em diante as vendas de produtos entre países aumentaram ainda mais (ARON, 2008; SANTOS, 2012).

Considerando, portanto, os avanços tecnológicos, necessidade de expandir a produtividade, bem como o aumento do consumo, o processo de internacionalização passou a ser associado com as relações estabelecidas entre empresas e não mais entre países. Contudo, foi somente após a Segunda Guerra Mundial, no século XX, com o fortalecimento da ideia de globalização e interação social entre diferentes partes do mundo, que o processo de internacionalização de empresas assumiu as características atuais. O ideal de atuar em outro país deixa de ser visto de maneira estritamente objetiva e acredita-se que através da comercialização de produtos e serviços o mundo passa por um intenso intercâmbio cultural e empresarial.

Teoricamente, uma empresa ao decidir dar início ao processo de internacionalização, está disposta a incorporar a cultura desta organização a um novo país e permitir que o contrário também aconteça (ADLER; GRAHAM, 1989). Teoricamente, uma vez que o interesse de uma empresa ao internacionalizar-se é impulsionado por quatro razões principais, não relacionadas à interação cultural, especificamente: a primeira delas é *Resource Seeking*, termo este que se

refere às organizações que se internacionalizam devido a escassez de recursos no país de origem; a segunda é a *Efficiency Seeking*, no qual o objetivo da organização é racionalizar a produção, encontrando locais de atuação onde exista uma economia especializada no produto que pretende-se produzir ou vender; *Market Seeking*, termo utilizado para descrever a terceira razão, esta que discorre sobre a atratividade de mercados locais; e, por fim, a quarta razão, *Strategic Assets Seeking*, que se refere ao capital intelectual da organização, isto é, a contratação de funcionários que colaborem com o desenvolvimento de competências e também com a melhora do desempenho financeiro da organização (DUNNING; RUGMAN, 1985).

Em essência, porém, sabe-se que o interesse de cada um destes objetivos está em aumentar o lucro e conquistar uma posição à frente de seus concorrentes, assumindo e representando o sentido prático do capitalismo. Para que as razões descritas acima fossem executadas, criaram-se algumas teorias e modelos de internacionalização a serem seguidos. Dentre os seis principais, existe uma divisão entre as teorias da evolução comportamental e as teorias econômicas. O primeiro grupo, das teorias da evolução comportamental, é composto pelo Modelo de Uppsala, Perspectiva de Networks e Empreendedorismo. O segundo grupo, de teorias econômicas, é composto pelos modelos de internacionalização que serão apresentados e discutidos neste ensaio, sendo eles: o Paradigma Eclético, a Teoria do Poder de Mercado e a Teoria da Internalização (CARNEIRO; DIB, 2007).

2.1 Teoria do poder de mercado

A Teoria do Poder de Mercado é a representação de uma teoria de internacionalização que teve sua origem nos pensamentos do economista Hymer, na década de 60. O principal foco das teorias de Hymer diz respeito aos Investimentos Externos Direto. O autor propôs-se a questionar se os Investimentos Externos Direto seguiam o fluxo de capital do modelo clássico, isto é, do país com menor taxa de juros para o país com maior taxa de juros. A resposta para Hymer foi não.

Para explicar o a Teoria do Poder de Mercado, parte-se da seguinte análise: uma empresa que tem sua matriz instalada em um país desenvolvido, instala uma filial em um país em desenvolvimento, e para investir na nova sede busca fontes locais de empréstimos por exemplo, promovendo uma inversão do fluxo de capital. Vê-se então a realidade clássica de exploração, em que as empresas de países detentores do poder financeiro usam recursos, não apenas econômicos como apresentado nesta teoria, mas também recursos naturais ou humanos, daqueles que vivem em situações, muitas vezes precárias. Quando os lucros são obtidos, no entanto, o país da filial não tem acesso ao retorno, confirmando assim, o enfraquecimento dos países pobres, e uma relação de dominação cíclica (AMATUCCI, 2009; CARNEIRO; DIB, 2007).

2.2 Paradigma eclético

O mais comum dentre os três modelos econômicos de internacionalização, é o do Paradigma Eclético. A teoria advém dos estudos desenvolvidos pelo economista John Dunning, na década de 80. Seguindo, em partes algumas ideias de Hymer, o principal objetivo deste modelo foi explicar o Investimento Externo Direto como decisão estratégica da organização. No decorrer do desenvolvimento teórico, percebeu-se que a empresa que opta por seguir este modelo de internacionalização, para adentrar outro país apresenta dois objetivos principais: aumentar a receita, buscando vantagens competitivas e buscar eficiência, na qual o foco é a redução de custos (CARNEIRO; DIB, 2007).

Dessa forma, para atingir dois objetivos principais, o Paradigma Eclético é composto por três variáveis: *ownership*, *location* e *internalization*. (DUNNING, 2000). *Ownership*

representa vantagem de propriedade ou vantagem competitiva. O segundo termo citado, *Location*, faz parte da teoria desenvolvida por Dunning (1980) para explicar a vantagem de localização da empresa. Por fim, *Internalization*, explica-se como o momento em que a empresa verifica o custo de transação como muito maior que o de incorporação de uma filial no novo país de atuação, tornando-se mais viável a atuação da empresa enquanto fabricante em um novo território (DUNNING, 2000; JOHANSON; VAHLE, 1990).

2.3 Teoria de internalização

Diferentemente da Teoria do Poder de Mercado e do Paradigma Eclético, os idealizadores deste modelo de internacionalização, Buckley e Casson (1998), também graduados em economia, acreditam na viabilidade da organização buscar alternativas que não estejam relacionadas apenas ao investimento estrangeiro direto. Segundo os autores, a teoria de internalização preza pela instalação de franquias ou sub-contratações no país em que deseja atuar, porém, o foco não está no local de atuação, mas nos custos de transação (WILLIAMSON, 1975).

A organização, neste modelo, analisa as possíveis mudanças internas que podem acontecer durante o processo de internacionalização. Esse processo envolve também avaliações que fazem com que a empresa considere a possibilidade de verticalização do produto como viável ou não. Além disso, por se tratar de um modelo econômico de internacionalização, vale ressaltar que se busca incessantemente a maximização dos lucros através das imperfeições do mercado. (CARNEIRO; DIB, 2007).

3 A INSUSTENTABILIDADE DO MODELO DO PARADIGMA ECLÉTICO

O ideal de globalização e desenvolvimento tecnológico que se viu crescer durante o século XX, fez com que o homem colocasse sob as organizações a esperança de uma nova vida. Vida esta que associaria ciência e tecnologia com a solução dos problemas enfrentados até então, além disso acreditava-se que as empresas proporcionariam uma realidade na qual todos teriam bons empregos, bons salários e acesso aos mesmos recursos (MOL, 1997). Segundo Banerjee (2003), porém, o conceito de desenvolvimento surgiu apenas como um discurso "*soft*", que teve como intenção real acelerar o crescimento econômico. Aproveitando-se do discurso estabelecido, de que, o desenvolvimento traria benefícios a todos, as grandes empresas discursaram sobre seu anseio em ajudar seus funcionários e manejar os recursos naturais de maneira responsável e buscaram legitimar esta imagem. O discurso de desenvolvimento sustentável passa então a ser associado ao alinhamento entre os interesses das organizações, dos trabalhadores e dos ambientalistas (LÉLÉ, 1991).

As organizações consideradas modernas e visionárias, diziam-se preocupadas com o meio ambiente, prometiam qualidade de vida no trabalho, dentre outras atitudes que representavam o comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Algumas assumiram este posicionamento como uma forma de reagir às exigências legais que emergiam, para evitar gastos com sanções e punições financeiras. Outras por sua vez, enxergaram como uma oportunidade de conquistar clientes e *stakeholders*, apresentando-se formalmente como preocupadas com aspectos sustentáveis.

Contudo, o caráter explorador das organizações emerge no momento em que se questiona como construir na prática e, paralelamente ao desenvolvimento tecnológico e econômico, uma realidade organizacional sustentável. As incongruências desta prática caracterizam as falácias de um discurso capitalista. Discurso este que foi construído de maneira a permitir que os donos de grandes organizações conseguissem burlar exigências legais

previamente estabelecidas e ainda assim mantivessem uma boa reputação. Como se as leis sobre sustentabilidade que afirmavam cumprir, fossem elaboradas por eles mesmos, apenas para incorporar uma estrutura formal, e não para serem, de fato, praticadas (CASTRO, 2004; O'CONNOR, 2002).

Com o objetivo de discorrer sobre falácias discursivas do Paradigma Eclético identificando suas características insustentáveis, as variáveis que compõem o modelo econômico de internacionalização foram analisadas individualmente. A partir da breve explicação anterior, sabe-se que o modelo é reconhecido pelas suas características expressas por uma sigla: OLI, que representa a união da primeira letra de três aspectos julgados por Dunning (1980) como fundamentais para que uma empresa inicie suas atividades em outro país - *Ownership*, *Location* e *Internalization*. Esses aspectos são respectivamente identificados como: social e ambiental; ambiental; e, economicamente insustentáveis.

3.1 *Ownership*

A primeira delas, *ownership* refere-se a busca da organização por estar à frente de concorrentes do novo mercado de atuação. Essa corrida por posicionamento de mercado pode ser interpretada como a necessidade de desenvolver novas tecnologias, recrutamento de capital humano e tentativa de aumentar a clareza no fluxo de informações, por exemplo. Dentre estes objetivos, pode-se dizer que o recrutamento de mão de obra e o desenvolvimento de tecnologia, no entanto, não acontecem em um mesmo contexto. Sabe-se que, desde o período da Revolução Industrial até a metade do século XX, os países estigmatizados como colônias ou ex-colônias, geralmente localizados na região sul do planeta, foram caracterizados como os explorados e fontes de mão de obra barata, enquanto os países do norte, abrigam em seu território o desenvolvimento de tecnologias e produtos (BANERJEE, 2003; JOHANSON; VAHLE, 1990).

Apesar dos grandes benefícios aos países do Norte, é válido ressaltar que o aumento repentino da industrialização, foi motivo de problemas para ambas as regiões, norte e sul. Dentre estes problemas, pontuam-se: a miserabilidade dos países do sul, gerada principalmente pela falta de qualidade de vida dos trabalhadores e seus baixos salários; o interesse predominantemente econômico pela aquisição de recursos naturais, que teve como consequência a destruição de faunas e floras dos países em desenvolvimento, após exploração excessiva; os países do norte, produtores dos riscos, também sofreram algumas consequências da grande concentração industrial, em especial com a poluição do ar. Países como a Inglaterra, por exemplo, vivenciaram ocorrências de chuvas ácidas, problemas causados pela radioatividade e, até mesmo, com as mudanças climáticas ao longo do tempo (BECK, 2010; SHRIVASTAVA, 1993).

Devido ao cenário crítico que se instaurou em curto espaço de tempo em diversas regiões do mundo, Estocolmo no ano de 1972 foi o local em que aconteceu a primeira conferência em que os problemas ambientais foram tratados a partir de um olhar político e global, e de maneira pública. A intenção principal deste evento foi reconhecer tanto os problemas dos países desenvolvidos quanto daqueles que estavam em desenvolvimento. No entanto, ainda que o entendimento tenha sido possível, a aderência às propostas redigidas alguns anos adiante, no Relatório de Brundtland e posteriormente, na Agenda 21, por exemplo, aconteceu em sua maioria por países que já estavam industrializados e economicamente estabilizados (PIERRI, 2001).

Essa realidade se cumpriu uma vez que os países em desenvolvimento, ou do sul, declararam que seus interesses no crescimento econômico se sobressaiam perante a preocupação com a geração de riscos causados pela industrialização, e, conseqüentemente, a preocupação com os recursos a serem explorados também sobressaiam perante a sociedade, o homem, e a natureza (BORINELLI et. al. 2014). Estes tornaram-se, portanto, ponto de atração

para as indústrias que, caso permanecessem atuando nos países desenvolvidos participantes de acordos de promoção da sustentabilidade, passariam a ter suas ações constantemente vigiadas. Sendo assim, ao migrar a sede produtiva para países com políticas públicas e regulamentações fracas, a possibilidade de menores custos na exploração de recursos para pesquisas de inovação, por exemplo, faria com que, economicamente estas organizações estivessem a frente de outras do mesmo segmento. Esta atitude, portanto, poderia ser caracterizada como ambientalmente insustentável no processo de internacionalização (FOLADORI, 2001).

Além do descaso com a sociedade, o homem e a natureza, os países em desenvolvimento, ou países do Sul, apresentaram grande dependência financeira de países desenvolvidos, ou do Norte e de suas respectivas organizações. Esta dependência carrega consigo aspectos de um período neocolonialista, caracterizado pelas relações de poder e dominação (YOUNG, 2007). Na Agenda 21, por exemplo, é declarado que somente com o crescimento econômico dos países do Sul seria alcançada a diminuição da degradação ambiental (CASTRO, 2010). No documento resultante do evento Rio+10, essa realidade é formalizada quando se afirma o dever de países economicamente desenvolvidos, auxiliar com 0,7% de seu PIB os países que estão em desenvolvimento (RELATÓRIO RIO+20).

Esse trecho do documento, entretanto, além de não ser cumprido, acabou por favorecer a ideia de que os países do Norte ainda exercem domínio sobre os do Sul e sobre a população local (BANERJEE, 2003; BORINELLI et. al. 2014). Domínio este representado a partir da ideia de recrutar capital humano pensando majoritariamente em aumentar os lucros por meio de baixa remuneração, por exemplo. Os valores locais e diferenças culturais passam a ser reduzidos ou desconsiderados. Além disso, pela legitimação da imagem heroica das multinacionais promovida pelas conferências e documentos, os trabalhadores locais tendem a submeter-se às condições que lhes são impostas, uma vez que independente da postura das organizações, os indivíduos tendem a colocar nelas a esperança de melhoria nas condições de vida (GLADWIN et al., 1995). Neste sentido a variável *Ownership* do processo de internacionalização torna-se também insustentável no aspecto social.

3.2 *Location*

O segundo termo citado na teoria de internacionalização desenvolvida por Dunning (1980), é *Location*. Este especificamente, refere-se às vantagens que podem existir em relação à localização da organização. Quando classificada como *early mover*, a empresa representa tanto aquela que desenvolve tecnologias inéditas e fica a frente de outras, quanto aquela que é a primeira a atuar em determinado país e por isso consegue vantagens (DUNNING, 2001). Ainda que pareça algo positivo, estas vantagens alcançadas, muitas vezes desafiam os aspectos legais e regulamentações relacionadas a preservação ambiental, principalmente porque estes são vistos como fracos em determinados países.

As grandes multinacionais, por exemplo, são detentoras de um forte poder atribuídos a elas a partir do capital econômico, este que é o capital mais importante dentro de uma região que visa se desenvolver economicamente. Sendo assim a posse deste capital, atribui às grandes multinacionais forte poder de negociação, ou pode-se dizer até mesmo poder de imposição de interesses (BOURDIEU, 2013). No entanto, nem sempre essa demonstração de interesse acontece por meio de uma imposição, mas por um alinhamento de interesses. Isto porque para um país em desenvolvimento, em muitos casos, mais vale a geração de empregos e movimentação da economia que uma filial proporcionará, do que os danos causados.

Por conseguinte, ceder em relação aos aspectos legais e promover diversas formas de incentivos como: baixos custos pelo uso de canais de distribuição eficientes; fábricas próximas à rios; isenção de imposto e cobranças por impactos causados; dentre outras atitudes para a instalação de organizações poluidoras, porém lucrativas, tornam-se comuns. Em mais um dos

passos do modelo de internacionalização do Paradigma Eclético percebe-se que não existem vantagens recíprocas, e dificilmente existirá sustentabilidade na relação entre matriz e filial, entre região Norte e Sul. Afinal, conforme o interesse financeiro se sobressai perante os próprios interesses de produtividade, o meio ambiente é esquecido (O'CONNOR, 2002). A insustentabilidade existente nesta variável do modelo do Paradigma Eclético, portanto, é classificada principalmente como ambiental.

3.3 *Internalization*

A promessa de geração de empregos e benefícios por lucro podem ser considerados discursos e justificativas falhos perante os danos causados na qualidade de vida do indivíduo que trabalha na organização, no meio ambiente da região, e até mesmo no aspecto econômico local. Tanto a insustentabilidade presente nas relações humanas dentro organização, quanto à insustentabilidade ambiental explicam-se nas desvantagens das variáveis *Ownership* e *Location*. A insustentabilidade financeira por sua vez, explica-se a partir das características da última variável considerada como essencial no processo de internacionalização proposta pelo modelo do Paradigma Eclético. A *Internalization* é, portanto, o termo que representa a análise feita sobre os custos de transação de uma filial. Esta variável tem como objetivo questionar a viabilidade da atuação da empresa enquanto fabricante em um país diferente (DUNNING, 2000; JOHANSON; VAHLE, 1990).

A organização que tem como interesse se internacionalizar pode optar por realizar parceria com organizações estrangeiras, inserindo seus produtos no mercado de maneira gradual, sem grande investimento através de uma empresa que já tem a confiança da população local. Outra opção no processo de internacionalização, é o estabelecimento de subsidiárias próprias de venda de seus produtos no outro país, sem que a parte produtiva seja deslocada. Contudo, uma vez que estas ações não atendam os objetivos de aumento do lucro, a opção mais viável passa a ser a instalação de filiais, sendo geralmente, unidades fabris, no país em que se pretende atuar. Grande parte das avaliações de viabilidade dos processos são feitas a partir de aspectos econômicos, considerando sempre como melhor opção aquela que lhe render mais (DUNNING, 2000; JOHANSON; VAHLE, 1990).

Considerando, porém, que o fluxo da relação entre matriz e filial acontece normalmente e respectivamente a partir do direcionamento Norte e Sul, as condições que o novo país de atuação fornece são geralmente favoráveis- isenção de impostos, favorecimento de localização, facilidade de acesso à recursos naturais, mão de obra barata, dentre outros- a aqueles que lhe sejam rentáveis, independente das consequências. Percebe-se que, neste aspecto há semelhanças consideráveis entre a categoria *Internalization* e a Teoria de Poder de Mercado. Nos processos de internacionalização, *Internalization* do Paradigma Eclético, refere-se às empresas que em território estrangeiro têm como vantagem os empréstimos para investimentos das filiais que são feitos nos países subdesenvolvidos, estes que contam com baixas taxas de juros. Os lucros das novas unidades, contudo tendem a ser destinados ao país em que a matriz está instalada. Faz-se assim com que a realidade organizacional atual se aproxime cada vez mais de uma realidade neocolonialista (BANERJEE, 2003; YOUNG, 2007).

Essa associação se dá uma vez que as realidades opostas de matrizes e filiais, são representadas a partir de relações de dependência, sendo em alguns casos denominadas relações de dominação e poder. Desta forma, percebe-se que as filiais e os países em que elas estão instaladas, lutam constantemente para conseguir desenvolver-se e alcançar o mesmo nível de desenvolvimento das matrizes e países sede. Estas, por sua vez, lutam bravamente para se manter no poder, fazendo com que os detentores de menor capital estejam cada vez mais distantes do "tão grande sonho do desenvolvimento", seja ele econômico, tecnológico, social ou ambiental, para que assim o campo das organizações a partir de discussões que abordam

sustentabilidade, continue sob seu domínio. Pode-se afirmar, portanto, que o colonialismo teve fim formal no aspecto territorial, contudo suas características se institucionalizaram de tal forma, que permanecem em outros tipos de relações, sendo as organizacionais um exemplo (BOURDIEU, 2004; 2012; 2013; QUIJANO, 2005; YOUNG, 2007).

4 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as semelhanças encontradas nos modelos econômicos de internacionalização, a principal delas é o fato de que todas podem ser caracterizadas com, ao menos, um aspecto insustentável, uma vez que não há congruência entre um processo relacionado ao capitalismo e um assunto como a sustentabilidade (O'Connor, 2002). Considerando o objetivo inicial deste ensaio teórico, analisar a postura das organizações internacionalizadas em relação à sustentabilidade, a partir das características dos processos de internacionalização, percebe-se o processo do Paradigma Eclético pode ser identificado como social e ambientalmente insustentável na variável *Ownership*; majoritariamente insustentável no aspecto ambiental na variável *Location*; e, economicamente insustentável para as filiais e os países que recebem as organizações, na variável *Internalization*. Isso porque, as possíveis vantagens em relação ao meio ambiente, a qualidade de vida dos indivíduos que trabalham na organização, e a lucratividade são "direitos" que, geralmente, competem às matrizes e seus respectivos países de origem.

O discurso sustentável elaborado pelas matrizes de multinacionais não deve ser criticado apenas pelas promessas que não se cumprem, mas pela tentativa simbólica e informal de dar continuidade às antigas relações de dominação, bem como pela tentativa de permanecer no poder. Esse tipo de comportamento contradiz os diversos acordos formais sobre sustentabilidade assinados por países que dizem lutar pela proteção ambiental e desenvolvimento social e econômico justo e igualitário.

Ainda que não haja uma definição específica para o termo sustentabilidade, sabe-se que as proposições de melhora envolvem a necessidade de maior integração entre indivíduo, organização, sociedade e ambiente. Vê-se desta maneira, o quanto se faz necessário uma relação dinâmica e integrativa. Relação esta que, segundo O'Connor (2002), não existirá enquanto o capitalismo se mantiver estruturado como está. Ao considerar as bases marxistas do pensamento de O'Connor (2002), entende-se a indignação deste com os aspectos capitalistas que comprometem os direitos sociais, em especial. Marx, ao criticar o capitalismo, questionava-se sobre a ganância inacabável dos donos dos meios de produção, o anseio por acumulação de riquezas, ou em outras palavras o acúmulo de capital econômico.

As teorias marxistas, porém, iam além de críticas ao modelo já existente, o sociólogo ficou conhecido pela proposição de reestruturação social do sistema capitalista, geralmente direcionando a um sistema com características socialistas. A proposição de Marx, apesar de parecer a solução ideal, perante tamanha crise ambiental, social e econômica, é também criticada por O'Connor (2002). O autor afirma que um socialismo ecológico é tão fantasioso quanto o capitalismo sustentável pregado pelas organizações que desejam se internacionalizar, não sendo nenhum dos dois modelos, a solução ideal. Além disso, interferir em um modelo econômico já vigente pode ser considerado o motivo para graves consequências econômicas, sociais e políticas. O autor ressalta também, em sua teoria, que para a compreensão da dificuldade, ou impossibilidade, da existência de maior integração entre indivíduo, organização e ambiente, faz-se necessário uma análise do impacto que as discussões sobre sustentabilidade causam nas organizações. Isto posto, O'Connor (2002) vai adiante e compreende o campo que discute sustentabilidade nas organizações também a partir de aspectos o ideológico e o político (O'CONNOR, 2002).

Ideológicos por representar ideias sobre sustentabilidade como uma forma de dominação expressa nos discursos sociais (BORIM-DE-SOUZA, et al., 2018). Ainda que o problema da falta de integração na relação entre indivíduo, organização, sociedade e ambiente seja hoje considerado um assunto de amplitude global, cada região lida com a sustentabilidade de maneira diferente. Fazer com que a discussão assuma também caráter micro, abordando problemas regionais, é uma das possíveis maneiras de prevenir o posicionamento social, ambiental e economicamente insustentável existente. Desta maneira, as mudanças nas ações em busca de uma realidade mais sustentável, não podem ser feitas exclusivamente pelas organizações. Apesar de grande representatividade, estas não exercem completo domínio sobre a sociedade. Aquelas que são internacionalizadas, inclusive, não conseguem acessar todo o conhecimento necessário para propor mudanças à nível global. Isto porque os aspectos intrínsecos à cultura local, bem como as ideologias pré-estabelecidas e os aspectos políticos, tendem a influenciar consideravelmente as proposições de ações (DOVERS, 1997; FEIL; SCHREIBER, 2017; O'CONNOR, 2002).

Uma discussão a nível local ou regional sobre a internacionalização e a sustentabilidade representaria uma proposição de melhora no cenário atual. Neste sentido identifica-se a segunda grande barreira na tentativa de integrar indivíduo, organização e sociedade e ambiente: o aspecto político. Relacionado à sustentabilidade, o aspecto político é representado por uma ideologia capitalista que visa proteger os interesses daqueles que defendem e financiam este sistema econômico (BORIM-DE-SOUZA, et al., 2018). Portanto, a relação estabelecida entre países que abrigam as grandes matrizes empresariais, e aqueles que abrigam as filiais industriais, é permeada por poder, dos primeiros sobre os segundos. Poder este guiado por uma ideologia capitalista, no qual aquele que tem mais capital econômico, tem mais autoridade, determinando como o assunto sustentabilidade deve se fazer presente nas organizações (O'CONNOR, 2002; BORIM-DE-SOUZA, et al., 2018).

O capitalismo destaca-se sobre política uma vez que sua força é tamanha a ponto de enfraquecer ou até mesmo invalidar muitos dos aspectos legais sobre instalação industrial, comércio e internacionalização de empresas. Ao retomar as variáveis do modelo de internacionalização do Paradigma Eclético, percebe-se principalmente na variável *Location* que o poder econômico das organizações que desejam instalar filiais nos países em desenvolvimento, acaba por ditar as regras, leis e acordos conforme seus interesses. Formalmente, as estruturas de políticas públicas são construídas e guiadas por agentes da esfera pública. No caso das políticas voltadas à sustentabilidade das organizações internacionalizadas, entretanto, o capitalismo assume o papel principal, fazendo com que os indivíduos e a natureza sejam passíveis de precificação e manipulação advinda de multinacionais. Ademais, ainda que a relação de dominação entre matriz e filial se extinguisse, outras formas de divisão e hierarquização surgiriam em uma nova proposta de modelo social. A crença de que o homem está acima da natureza e tem poder e direitos sobre ela, é apenas uma das, mas talvez a mais relevante justificativa para o posicionamento de O'Connor (2002) em relação a descrença de um capitalismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ADLER, N. J.; GRAHAM, J. L. Cross-cultural interaction: The international comparison fallacy? **Journal of International Business Studies**, v. 20, n. 3, p. 515-37, 1989.

AMATUCCI, M. (Org.). **Internacionalização de Empresas: Teorias, Problemas e Casos**. São Paulo: Atlas, 2009. 281 p.

- ARON, R. Auguste Comte. In.: _____. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 83-184.
- BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143-80, 2003.
- BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BORIM-DE-SOUZA, R., WOITAS, N.M.A., ZANONI, B.L. and CHIBA, J.H.F. Internationalisation and sustainability as a field: a contingent view of comparative management via Bourdieusian sociology. **Int. J. Comparative Management**, v.1, n.1, 2018, p. 26–44.
- BORINELLI, B.; CAPELARI, M. G.M.; GONÇALVES, D. M. Riscos socioambientais e cultura política: algumas considerações sobre o caso brasileiro. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 143-154, 2015.
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BUCKLEY P. J.; CASSON, M. C. Analyzing foreign market entry strategies: Extending the internalization approach. **Journal of International Business Studies**, 1998.
- CARNEIRO, J; DIB, L. A. Avaliação comparativa do escopo descritivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas. **INTERNEXT –Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2007.
- CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, jun. 2004, p.195-225.
- DOVERS, S.R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.
- DUNNING, J. H.: The Eclectic (OLI) Paradigm of International Production: Past, Present and Future. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n. 2, p. 173-190, 2001.
- DUNNING, J. H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, n. 2, p. 163-190, 2000.
- DUNNING, J.H.; RUGMAN, A. M. The Influence of Hymer’s Dissertation on the Theory of Foreign Direct Investment. **American Economic Review: Papers and Proceedings**, v. 75, n. 2, p. 228 – 260, 1985.
- DUNNING, J.H. Toward an eclectic theory of international production: some empirical tests. **Journal of International Business Studies**, v. 11, n. 1, p. 9-31, 1980.

ELISSEEFF, Vadime. **As estradas de seda**: Estradas da cultura e do comércio. Publicar do UNESCO/Berghahn, 2001.

FEIL, A.; SCHREIBER, A. D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, p. 667-681, 2017.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

JOHANSON, Jan; VAHLNE, Jan-Erik. The mechanism of internationalisation. **International marketing review**. v. 7, n. 4, 1990.

LÉLÉ, S.M. (1991) Sustainable development: a critical review. **World Development**, v. 19, n. 6, p.607–621, 1991.

MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In.: _____. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 445-576.

MOL, A. P. J. Ecological modernization industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Org.). **The international handbook of environmental sociology**. London: Edward Elgar, 1997.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?" **Papeles de población**, v. 6, n. 24, p. 9-35, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

RELATÓRIO RIO+20. **O modelo brasileiro**: relatório de sustentabilidade da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável / Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Brasília, FUNAG, 2012.

SANTOS, E.L. et al. Desenvolvimento: um debate conceitual multidimensional. DRd – **Desenvolvimento Regional em debate**, n.1, p. 44-61, 2012.

SHRIVASTAVA, P. Crisis theory/practice: toward a sustainable future. **Industrial & Environmental Crisis Quarterly**, v.7, p 23-42, 1993.

PIERRI, N. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In:PIERRI, N.; FOLADORI, G. (Eds.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

THOMPSON, Estevam C. “O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)”, **Temporalidades - UFMG**, v.4, n.2, p. 80-102, 2012.

WILLIAMSON, O. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications**, New York: Free Press. 1975.

YOUNG, R. J. C. **Postcolonialism**: an historical introduction. Malden, Mass: Blackwell, 2007.

ZANONI, B. L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Discussions on Internationalization in Brazilian Scientific Publications of Administration: a Bibliometric Study. **REBRAE**, v.11, n. 2, p. 230-241, 2018.